

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

PROCESSO: TCE/RJ nº 242.747-9/19
ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA -
MESQUITAPREV
ASSUNTO: Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício
2018

DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3

Art. 131-A do Regimento Interno – TCE-RJ
(Introduzido pela Deliberação TCE-RJ nº 272, de 16.05.2017)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2018.
DÉFICIT INFORMACIONAL. NÃO ATENDIMENTO À
DECISÃO MONOCRÁTICA. NOTIFICAÇÃO.**

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Em 17/12/2021, proferi decisão Monocrática vazada nos seguintes termos:

DECISÃO MONOCRÁTICA:

I - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, com base no art. 26 do Regimento Interno desta Corte, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente os documentos e esclarecimentos solicitados pelo Corpo Instrutivo, conforme discriminado no Relatório deste Voto, sendo alertado de que o não atendimento injustificado o sujeita às sanções previstas no inciso IV do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90;

II - Pela COMUNICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, à época dos fatos, com base no art. 26 do Regimento Interno desta Corte, dando-lhe ciência da presente decisão, para que, caso deseje, concorra para o saneamento do presente processo, alertando-o de que a ausência de elementos indispensáveis à sua análise pode comprometer o julgamento das presentes Contas de Gestão, sob sua responsabilidade.

Apesar de devidamente comunicada da decisão acima, a Sra. Cátia da Silva Ferraz, atual Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, ficou-se inerte, conforme informação da Coordenadoria Setorial de Prazos e Diligências - CPR/SGE, de 25/02/2022.

Os autos retornam diretamente ao meu Gabinete, sem manifestação das instâncias instrutivas, nos exatos termos do § 5º do artigo 131-A do Regimento Interno desta egrégia Corte de Contas, alterado pela Deliberação TCE-RJ nº 283/2018, para prosseguimento do feito, tendo sido encaminhado também sem o pronunciamento do douto Ministério Público Especial, nos termos da Resolução MPE nº 02/2017.

É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

Tendo em vista a ausência de manifestação da responsável em relação à Comunicação constante do Ofício PRS/SSE/CGC nº 040579/2021, em decorrência da decisão Monocrática de 17/12/2021, reputo pertinente a sua Notificação, na forma da legislação em vigor, deste Tribunal, para que apresente razões de defesa, sem prejuízo do atendimento à referida decisão.

Desse modo, com vistas a impulsionar o feito, e com fulcro no disposto no § 5º do artigo 131-A do Regimento Interno desta Corte, alterado pela Deliberação TCE-RJ nº 283/2018.

DECIDO:

Pela **NOTIFICAÇÃO** da Sra. Cátia da Silva Ferraz, atual Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos da Lei Orgânica deste Tribunal, em vigor, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa pelo não atendimento à decisão Monocrática proferida em 17/12/2021, bem como encaminhe os documentos e esclarecimentos a seguir elencados, com a finalidade de sanear o presente processo, alertando-a para o disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90:

DOCUMENTOS

- 1 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contendo o Quadro principal e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;
- 2 - Composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$78.154,17, no balanço patrimonial;
- 3 - Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução;
- 4 - Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011;
- 5 - Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;
- 6 - Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

ESCLARECIMENTOS

- 1 - Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;
- 2 - Quanto às inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial:
 - 2.1 - O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94;
 - 2.2 - O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6, abaixo:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	24.343.692,65
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.506.280,38
Resultado Patrimonial do Período (A)	18.837.412,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,76
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	100.191.897,17
Diferença (F)= (D)-(E)	-28.465.636,97

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 250/255, DVP - fls.243 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC.2017.

2.3 - O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” de R\$98.028.428,41 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.4 - O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” de R\$69.358.550,42 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.5 - O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7, abaixo:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	100.191.897,17
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	1.337.341,62
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	98.854.555,55
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	99.057.976,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-203.421,07

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.250/255 - Anexo I do BO, fl. 246 e Anexo 13, fl. 249.

2.6 - O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00;

3 - Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

**PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS
NA DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR
CONTÁBIL:**

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(F), (G) e (H) - O Instituto não possui responsável patrimonial, em 2018 foi utilizado o ativo imobilizado da Prefeitura de Mesquita e não havia estoque de material em almoxarifado.

(I) A divergência neste item refere-se a erros na contabilização das receitas e perdas de investimento e em uma situação foi observado falta do registro de resgate de investimento, que foi corrigido em janeiro de 2019.

(M) Em 05 de dezembro de 2018 foi observada transferência de valor para a conta da Prefeitura, achei o processo que deu origem a despesa, mas não havia empenho nem liquidação, estamos verificando uma maneira de contabilizar esta despesa no exercício de 2020.

GCS-3,

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto